



intimado o ente devedor, nos termos da decisão administrativa de pág. 22, para se manifestar, em 5 (cinco) dias, sobre o pedido de pagamento de parcela prioritária, documentos que o acompanham, certidão fornecida pela Assessoria de Precatórios, bem como as partes a respeito dos cálculos de retenção incidentes por ocasião do eventual pagamento antecipado. Fortaleza, 6 de abril de 2020. Chrystianne dos Santos Sobral, Diretora da Assessoria de Precatórios - Portaria de delegação n.º 840/2017.

Total de feitos: 2

**Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES**

Assessoria de Precatórios

0000675-23.2020.8.06.0000 - Precatório. Credor: D. R. B.. Advogado: Patricio Wiliam Almeida Vieira (OAB: 7737/CE). Advogada: Beatriz Rego Xavier (OAB: 11821/CE). Advogado: Adryu Regis Rolim Fernandes (OAB: 24916/CE). Advogado: Jorge Gustavo Gomes Maciel (OAB: 23130/CE). Advogado: Luiz Henrique Gadelha de Oliveira (OAB: 22125/CE). Advogado: Thales de Oliveira Machado (OAB: 29558/CE). Advogado: Antonio Cezar Alves Ferreira (OAB: 5031/CE). Advogado: Augusto Cesar Pereira da Silva (OAB: 5069/CE). Advogada: Maria Lucia Aragao Lopes (OAB: 12725/CE). Advogada: Cynara Monteiro Mariano (OAB: 12949/CE). Advogada: Carina Costa Oliveira (OAB: 13112/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: João Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Despacho: - DESPACHO Diante do informado à pág. 440, providencie a Assessoria de Precatórios o necessário ao processamento do precatório, inclusive a comunicação ao ente público sobre sua existência, especialmente para o fim de permitir que o valor requisitado seja reconhecido no seu passivo consolidado, mediante o cumprimento do disposto no art. 15º da Res. 303/2019, do Conselho Nacional de Justiça. Ante reiteradas manifestações do Ministério Público estadual no sentido de que não há interesse que exija sua participação em feitos deste jaez (art. 7, § 5º da Resolução n.º 19/2018 do OETJCE), deixo de encaminhar a presente requisição ao parquet. Intimem-se. Fortaleza, 7 de abril de 2020. Rômulo Veras Holanda, Juiz Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 1817/2019.

Total de feitos: 1

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA PRESIDÊNCIA

EDITAL Nº 33/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no que dispõe o artigo 85 do Regimento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; RESOLVE convocar sessão do Tribunal Pleno, para o dia 13 (treze) de abril de 2020, às 10h, a realizar-se por videoconferência, para deliberar sobre projeto de lei para a contenção de gastos públicos e sobre assuntos de interesse do Poder Judiciário. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 08 de abril de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 34/2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução nº 05, de 1º de junho de 2017, publicada no DJe de 2 de junho de 2017,

CONSIDERANDO o disposto no art. 120, § 1º, III, da Constituição Federal que estabelece o mandato de dois Juízes Eleitorais, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a assunção, em 21 de janeiro de 2020, da Dra. Kamile Moreira Castro ao cargo de Membro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de Jurista,

RESOLVE:

I – Tornar pública, nos termos do Anexo Único deste Edital, a relação dos inscritos para a concorrência de que trata o Edital nº 26/2020, disponibilizado no DJe de 6 de março de 2020, referente à composição de lista tríplice para a escolha de um Membro SUPLENTE do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de JURISTA.

II – Disponibilizar, nos termos regulamentares vigentes, para consulta de qualquer interessado, cópias dos documentos apresentados pelos candidatos no respectivo processo de inscrição, junto à Superintendência da Área Judiciária do Tribunal de Justiça, pelo prazo de três dias, a contar da data de publicação deste Edital.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 8 de abril de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 34/2020

ORDEM ALFABÉTICA	INSCRITOS PARA CONCORRÊNCIA À COMPOSIÇÃO DE LISTA TRÍPLICE	Nº DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
	MEMBRO SUPLENTE DO TRE/CE, NA CATEGORIA DE JURISTA (Ref. Edital Nº 26/2020)	
1	FERNANDO LUIS MELO DA ESCÓSSIA OAB-CE Nº 6.569	8506724-81.2020.8.06.0000
2	RAFAEL PEREIRA PONTE OAB/CE 21.510	8506333-29.2020.8.06.0000
3	ROGÉRIO FEITOSA CARVALHO MOTA OAB/CE Nº 16.686	8506321-15.2020.8.06.0000
4	WALDIR XAVIER DE LIMA FILHO OAB/CE 10.400	8507014-96.2020.8.06.0000

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
NÚCLEO DE APOIO AOS MAGISTRADOS DA COMARCA DA CAPITAL

PORTARIA Nº 301/2020

A DIRETORA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, Juíza de Direito, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 8504649-66.2020.8.06.0001, que trata da ressalsa de férias do Juiz Antônio Josimar Almeida Alves, Titular da 2ª Vara do Júri;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar sem efeito a Portaria nº 277/2020-DFCB no que concerne à designação do Juiz José Ronald Cavalcante Soares Júnior para responder pela 2ª Vara do Júri.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, em Fortaleza, 06 de abril de 2020.

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo
Juíza Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua

PORTARIA Nº 302/2020

Instauração de PAD

A JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, DESTA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições normativas que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO o constante do Processo Administrativo nº 8503509-94.2020.8.06.0001;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 463/2018 (DJE 20.09.2018), da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade e da eficiência administrativa, bem como o previsto no artigo 236 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 30 e 31 da Lei nº 8935 de 1994, e no Provimento nº 08/2014/CGJCE (Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará);

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar da Comarca de Fortaleza, com a finalidade de apurar possível falta funcional por parte da Titular do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza/CE, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, para apresentação de relatório conclusivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, 07 de abril de 2020.

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo
Juíza Diretora do Fórum e Corregedora Permanente das Serventias
Extrajudiciais da Comarca de Fortaleza/CE